

Escolarização na Região do Norte

Evolução 2001 - 2021 com base nos Censos



Enquadramento e contexto



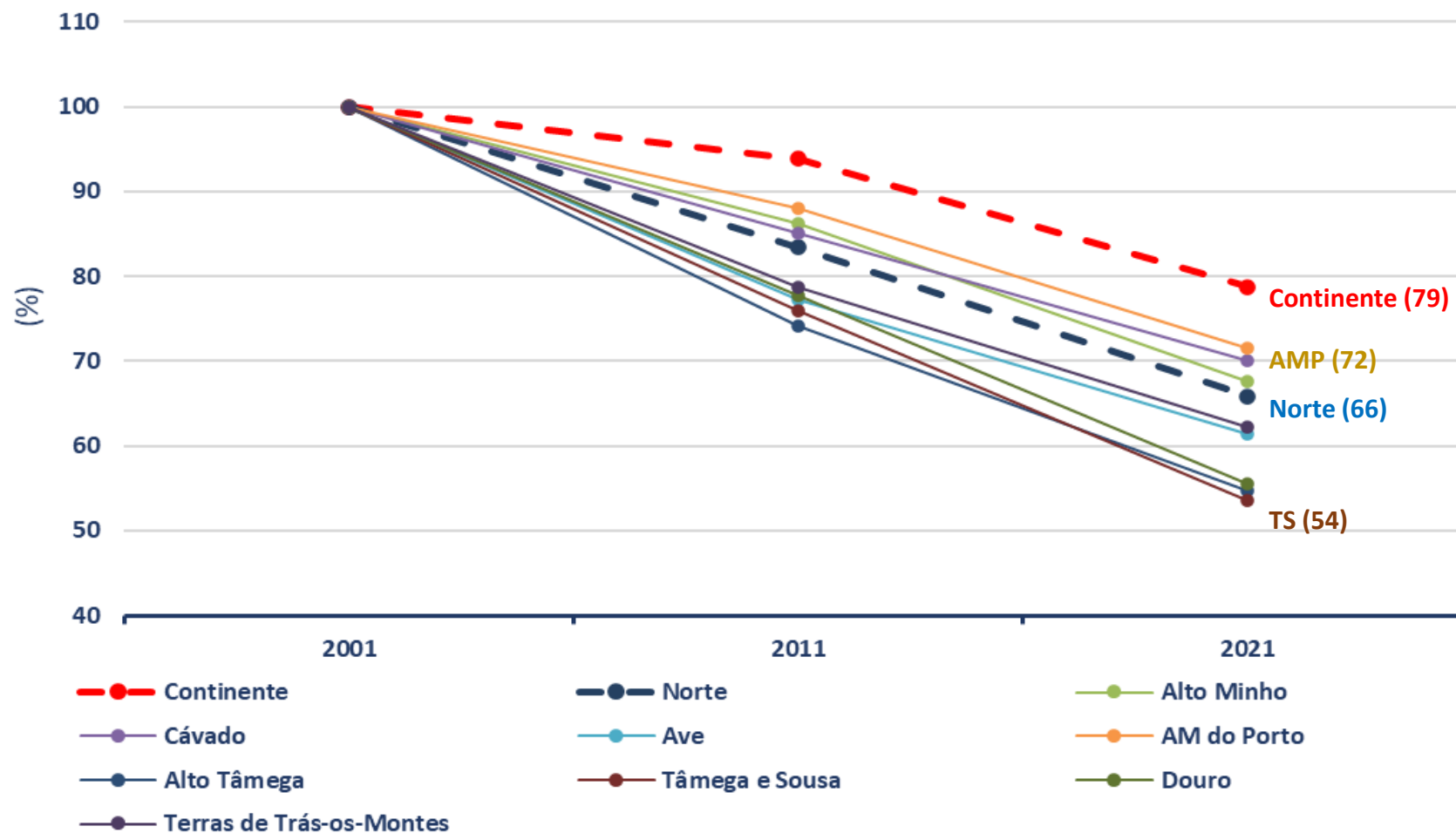
Enquadramento e objetivos do relatório

- **Quinto relatório** da CCDRN sobre “disparidades regionais em educação” com base em informação dos Censos (de 1981 a 2021).
- São um complemento das **estatísticas oficiais de educação** de ritmo anual, hoje bem mais abrangentes.
- Proporcionam um **melhor conhecimento** da Região e da heterogeneidade dos seus espaços, identificando potencialidades e fragilidades a partir da evolução dos resultados educativos.
- Constituem um instrumento de **aferição do impacto** do investimento da sociedade na educação nas últimas décadas, realizado com um forte apoio dos fundos estruturais europeus.
- Disponibilizam **informação útil**, designadamente para as autarquias e para as entidades intermunicipais.

Notas de contexto

- **Progressos reconhecidos** na melhoria da escolarização das crianças e dos jovens e na recuperação dos défices crónicos na escolaridade da população adulta. As últimas décadas permitiram-nos, no que respeita à população jovem, atingir os níveis médios da União Europeia, com um forte contributo da RN.
- O progresso da educação mobilizou um **investimento persistente** dos aprendentes, das suas famílias, das instituições educativas, das comunidades, das autarquias, dos governos...
- A melhoria resulta de uma **mudança social e cultural** decisiva: a infância e a adolescência são tempo de formação, o lugar das crianças e dos adolescentes na sociedade é a escola.
- O avanço na escolaridade das **Mulheres** é outro poderoso fator de mudança social, apesar de ainda não ter a devida correspondência nos campos do trabalho, da participação política ou da compatibilização entre a vida profissional e a familiar. A diferença de resultados entre Homens e Mulheres merecerá mais atenção na análise e na ação no campo da educação.
- Apesar da massificação do acesso e dos progressos nos indicadores de escolarização e de transição e conclusão, **há muito a melhorar**, na qualidade e pertinência das aprendizagens e numa perspetiva de equidade, inclusão e eficácia.

Evolução da população residente de 0-9 anos (2001=100)



Num contexto de diminuição generalizada da população mais jovem, a quebra é mais acentuada no Norte.

Nesta região, a AM do Porto e o Cávado descem menos.

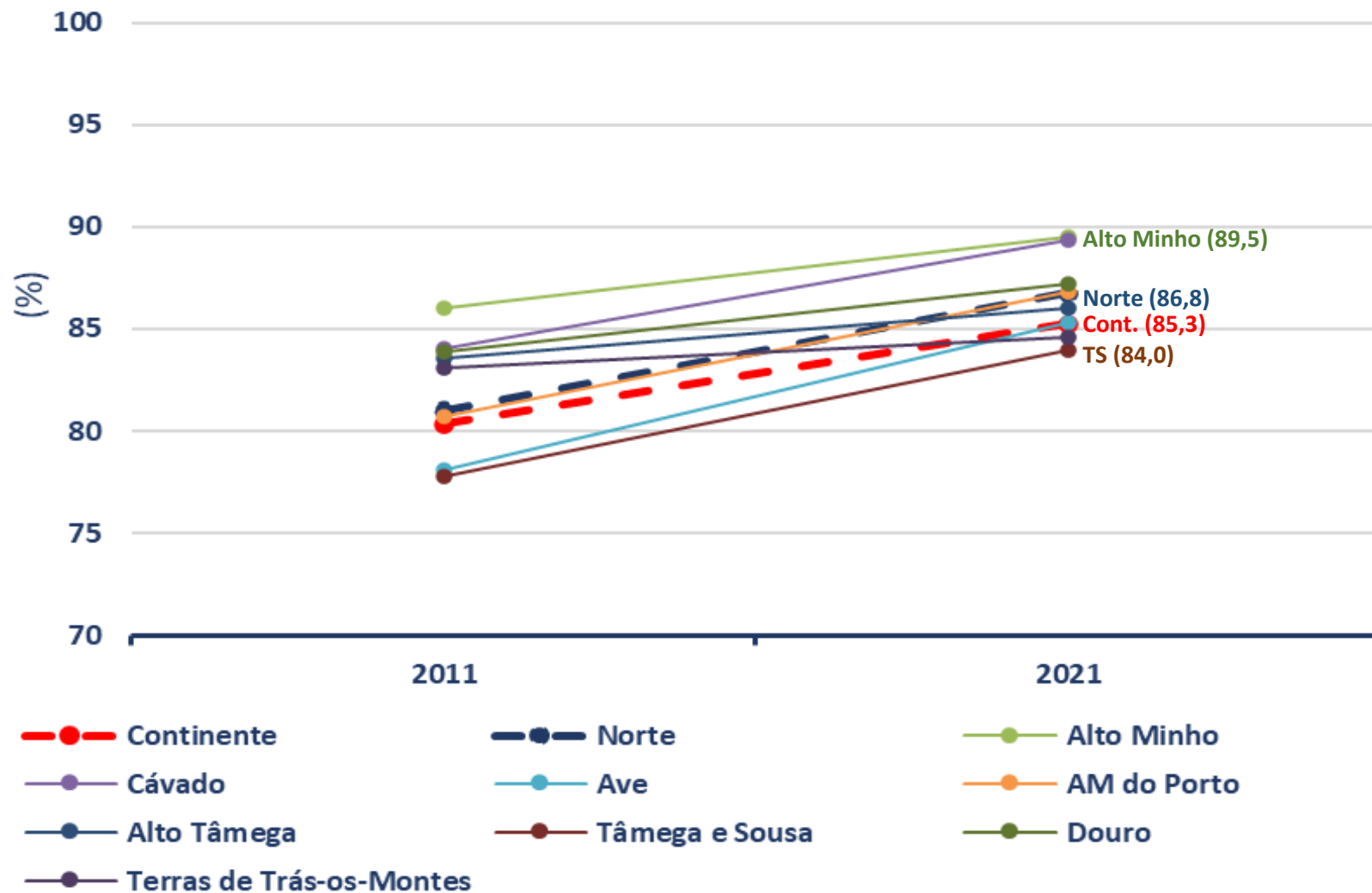
O Alto Tâmega, o Douro e o Tâmega e Sousa têm as quebras mais acentuadas.

Impactos na educação, em todos os níveis de ensino, com diferentes ritmos.

Indicadores seleccionados



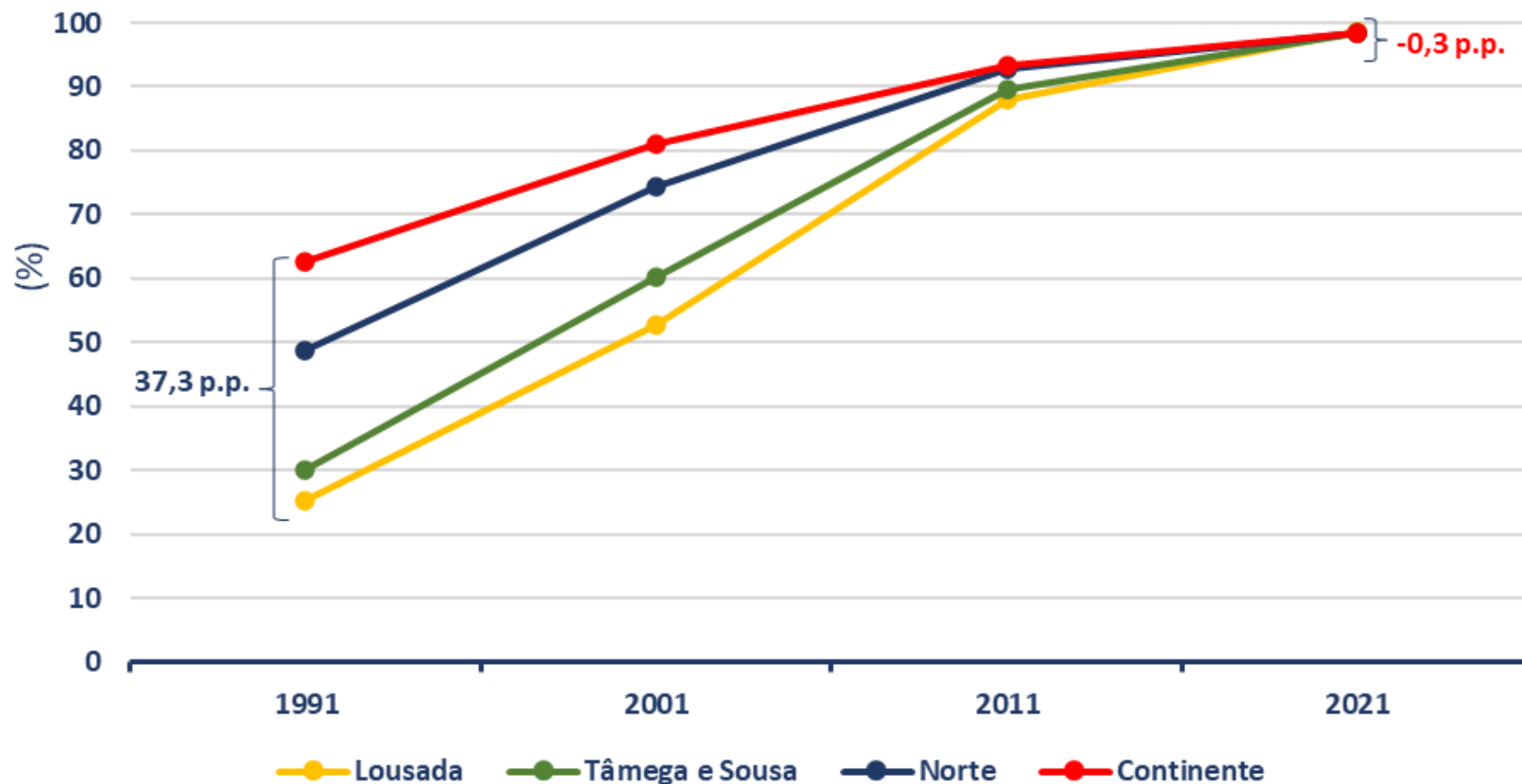
Pré-escolarização nos 4-5 anos de idade



Em 2021, os valores são superiores a 85% no Norte e no Continente (cerca de 90% só nos 5 anos).

O significado das diferenças de valores entre os 4 e os 5 anos.

Escolarização da população residente de 15-17 anos



Um dos grandes objetivos da educação na mudança de século.

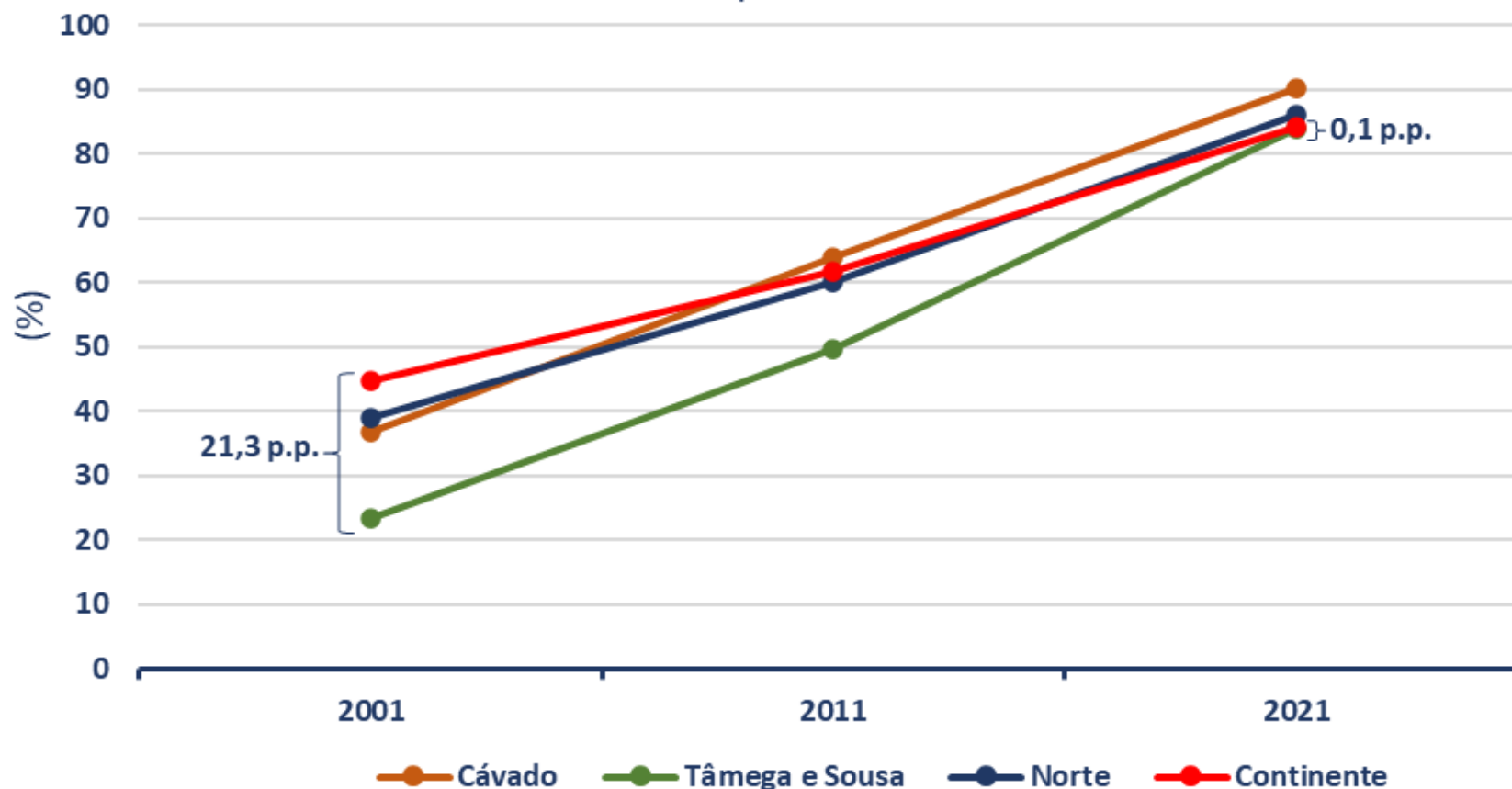
Valores superiores a 98%, em 2021.

Anulação das disparidades (Lousada: de 25,3% a 98,6%).

Cumprimento da escolaridade obrigatória no que respeita à idade.

Quase toda a população desta idade na escola ou em formação. Exigências acrescidas.

População de 20-24 anos que concluiu pelo menos o ensino secundário

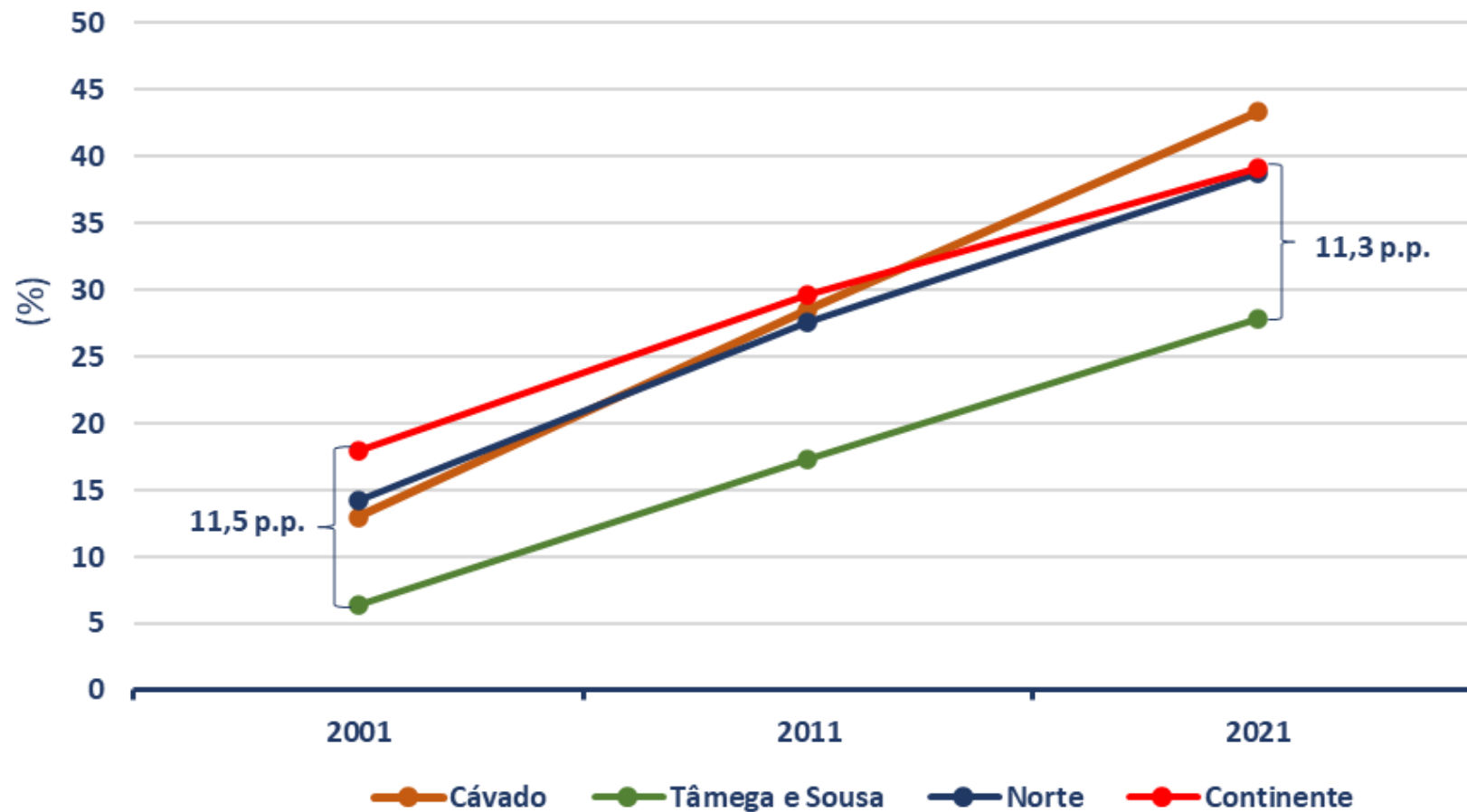


Grupo etário já abrangido pela obrigatoriedade do ensino secundário.

Em 2021, valores globais próximos dos 85% – 15% ainda não cumpriram.

Norte supera valor do Continente, com evolução mais acentuada no Tâmega e Sousa, no Cávado e no Ave, as áreas mais problemáticas 20 anos atrás.

População de 25-29 anos que concluiu o ensino superior

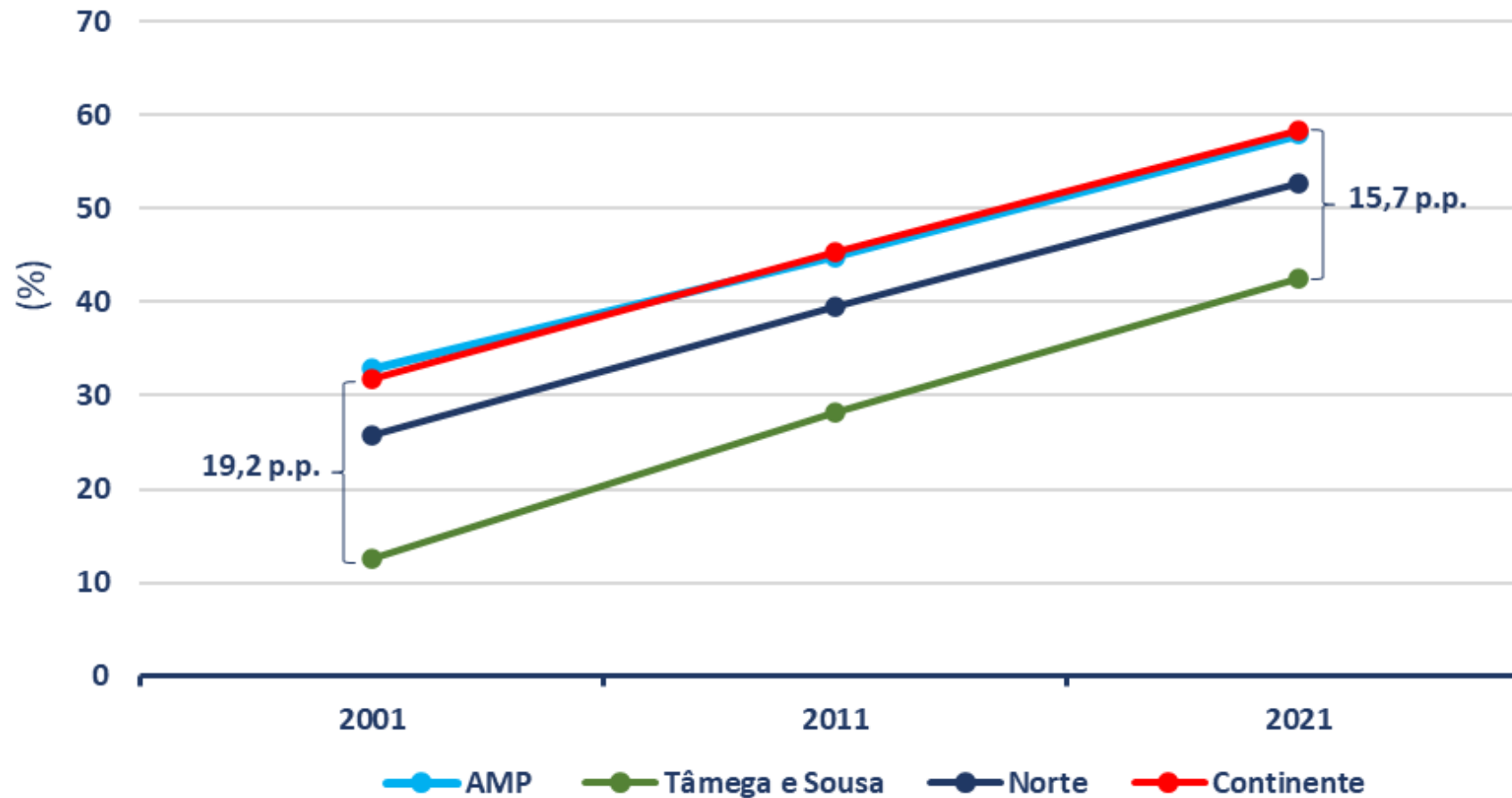


Em 2021, os valores no Norte e no Continente estão próximos dos 40%, quando estavam aquém dos 30% dez anos antes e dos 20% vinte anos antes.

A evolução notável do Cávado.

A manutenção da distância do Tâmega e Sousa (sempre em relação ao Continente).

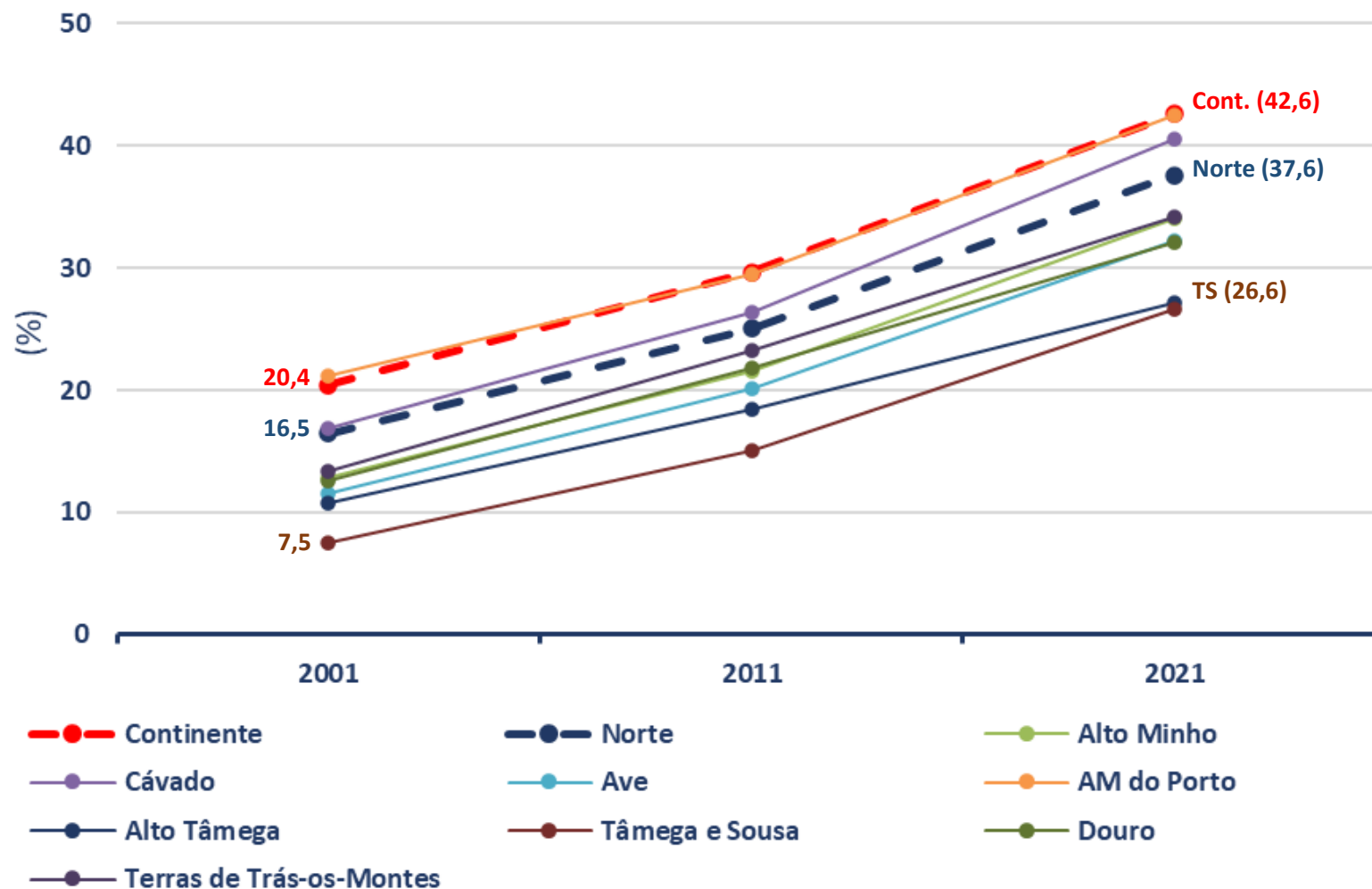
População com 25 e mais anos que concluiu pelo menos o ensino básico



No Norte, os valores duplicam no intervalo de 20 anos.

Ligeira redução das disparidades regionais, com o Norte a evoluir “paralelamente” ao Continente.

População com 25 e mais anos que concluiu pelo menos o ensino secundário



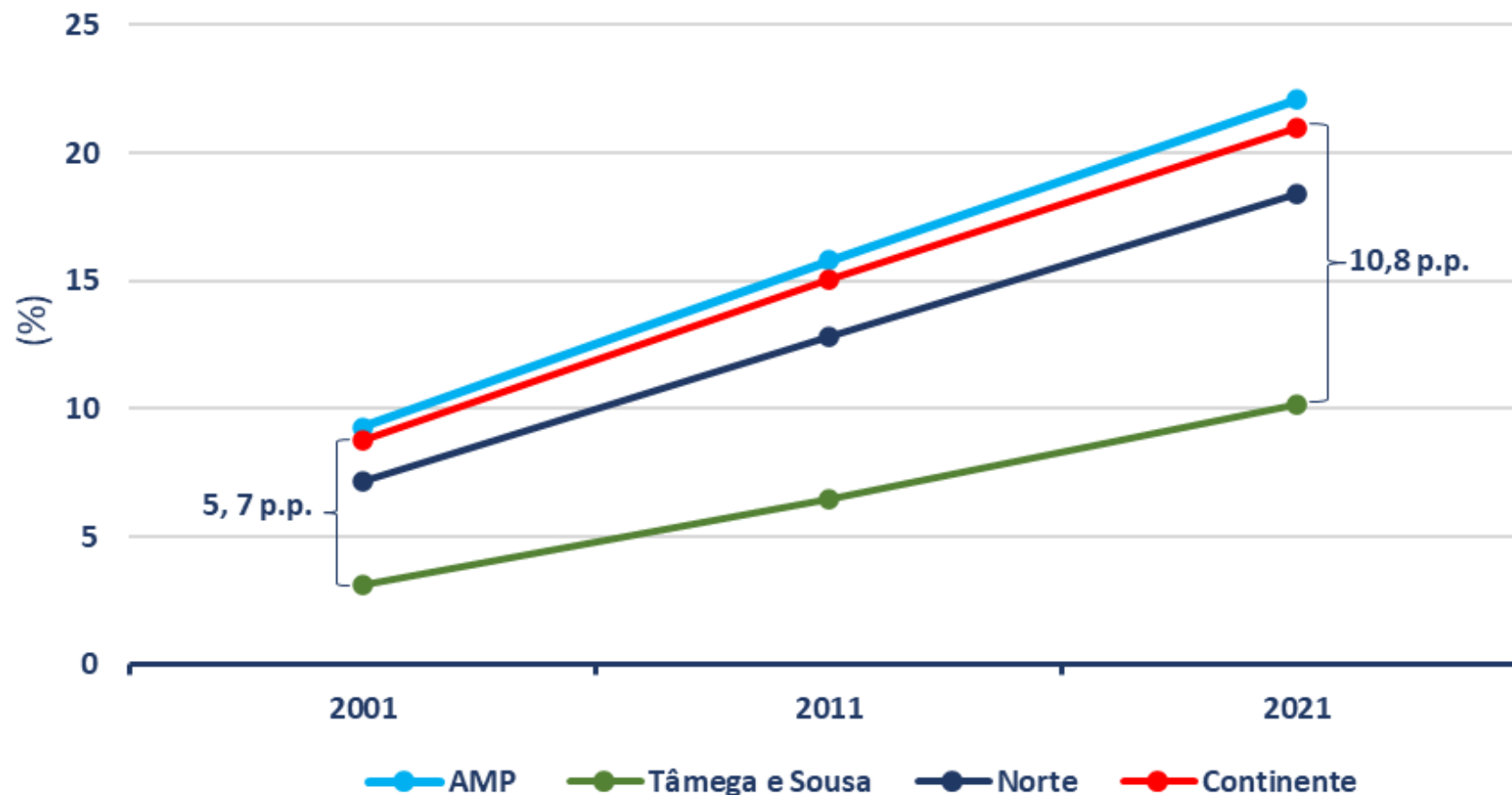
Valores mais do que duplicam em 20 anos.

Aceleração geral no segundo decénio.

Ligeiro aumento das distâncias das NUTS III com valores mais baixos em relação ao Continente e ao Norte.

A AMP acompanha o Continente.

População com 25 e mais anos que concluiu o ensino superior



. Valores mais do que duplicam em 20 anos.

. Aumento da distância das NUTS III com valores mais baixos em relação ao Continente e ao Norte.

Escolaridade da população com 25 e mais anos

- Nos três níveis de ensino considerados (básico, secundário e superior), há diversos elementos comuns:
 - uma **melhoria geral dos resultados**, seja pela influência dos grupos mais jovens, que atingiram níveis de escolaridade mais elevados, seja pelas habilitações escolares adquiridas pelos adultos;
 - entre as NUTS II, a **Região do Norte** situa-se sempre abaixo e ainda distante dos valores médios do Continente, destacando-se a **AM de Lisboa** pelos resultados mais elevados, em especial no ensino superior;
 - nas NUTS III do Norte, a **AM do Porto e o Cávado** obtêm os resultados mais elevados, encontrando-se os mais baixos no **Tâmega e Sousa** e no **Alto Tâmega**.
- Efeitos de décadas de assimetrias na **escolarização dos residentes** e na capacidade de **retenção e de atração** de pessoas mais escolarizadas.
- Ainda distante da Europa na escolaridade da população adulta, Portugal é um dos países europeus com **maior diferença entre as gerações**. Na Região do Norte, esta diferença é ainda mais acentuada.

Desafios para o país e, ainda mais, para a região

- Prosseguir o **investimento na infância e na juventude**, e, em geral, na formação inicial, por razões de equidade e de eficácia, visto que a mobilização para a formação na idade adulta tende a ser tanto mais custosa quanto menos assenta numa escolaridade prolongada e bem-sucedida na juventude.
- Reforçar o **investimento na educação e na formação de adultos**, porque sofremos da escassa participação destes na formação, porque a evolução demográfica assim o recomenda e, sobretudo, porque é justo proporcionar outras oportunidades de formação a todos, em especial aos que muito cedo ficaram afastados dos benefícios da educação.

Notas gerais



Educação e economia

- O ritmo de crescimento das habilitações dos residentes não é o mesmo da **mudança dos contextos** económicos e sociais e das **culturas organizacionais** nem do incremento da **produtividade** da economia.
- Alterou-se significativamente a relação entre o nível de competências disponíveis (a “geração mais qualificada de sempre”, certamente a mais escolarizada) e a capacidade de a economia e a sociedade as **mobilizarem produtivamente**.
- Estes desencontros ou ritmos diferentes recomendam que se questione sempre a **adequação da oferta formativa** às necessidades da sociedade e da economia e a pertinência do que se aprende nas instituições educativas...
- ... mas as respostas necessárias dependem muito de **outras políticas, iniciativas e dinâmicas sociais** que favorecem os investimentos em investigação e inovação, fortalecem as instituições e as redes de colaboração entre agentes, promovem a melhoria da gestão das empresas e das organizações, incrementam a utilização das tecnologias avançadas nos setores “tradicionais”, captam investimento direto externo, incentivam a criação de emprego mais qualificado, etc. (ver S3 Norte 2030 e Agendas Mobilizadoras).

Promover a equidade territorial na educação

- Uma resenha de décadas de observação: sem prejuízo da importância das intervenções prioritárias na educação, é decisiva a aplicação de **critérios de equidade social e territorial** na afetação geral de recursos.
- Aqui e agora, um desafio para as **políticas municipais**: identificar as áreas mais problemáticas de insucesso e de saída precoce da escola, analisar as assimetrias por vezes muito acentuadas na composição social dos agrupamentos e das escolas do município e enfrentar as situações e os processos de polarização social e de vinculação territorial das desigualdades.
- Especificamente, repensar a **rede escolar** e os critérios de distribuição da oferta educativa, incluindo a localização de escolas em áreas específicas de maior concentração dos problemas sociais, e conjugar a ação na educação com as opções globais do planeamento municipal e intermunicipal.
- Atender às **áreas urbanas** que concentram pobreza e vulnerabilidades diversas e aos **territórios de baixa densidade**, com problemas específicos e que têm revelado mais dificuldades em dimensões como a redução dos valores da retenção e da desistência.

Para uma administração educativa mais eficaz

- **Cooperação entre as escolas e os municípios**, para que o alargamento da ação municipal e intermunicipal respeite e incentive a autonomia institucional das escolas e a autonomia profissional dos docentes e de outros profissionais.
- Dotação dos municípios e das entidades intermunicipais de **recursos técnicos** necessários para o bom exercício das respetivas competências, o que também concorrerá para uma distribuição mais equilibrada de técnicos no território.
- Reforço da **escala intermunicipal**, da partilha de recursos e da cooperação entre os municípios.
- Reforço das dimensões de acompanhamento, coordenação e planeamento que podem resultar das mudanças em curso na **administração desconcentrada** de nível regional do setor educativo.
- Capacidade de a **administração central** definir princípios comuns orientadores, promover um planeamento atempado e fomentador da participação e mobilizar recursos para o acompanhamento e o apoio técnico.

O que mais importa é a **mobilização do potencial** que existe nas pessoas, nos grupos profissionais e nas organizações em prol de uma cultura de participação, de trabalho em conjunto, de experimentação e aprendizagem, de responsabilização.

Este tema neste encontro?

- Inserir o que estamos a viver, o que realizamos e planeamos nos esforços de promoção da educação nas últimas décadas, em especial nesta região do Norte.
- Também este passado está bem presente na vida das pessoas (a escolaridade como recurso, condição e limitação), a começar pelos pais e por outros familiares das crianças e dos jovens de que estão na escola.
- Os PIICIE inscreve(ra)m-se, com o seu contributo modesto, neste percurso de melhoria da educação e de descentralização da ação pública.
- Que os PIPSE contribuam para prosseguir a democratização efetiva da educação.

Escolarização na Região do Norte

Evolução 2001 - 2021 com base nos Censos



Obrigado.